

## **RESOLUÇÃO N° 006/2013 - CP.**

Dispõe sobre o registro cadastral da empresa ANAPOLIS LOCADORA E TRANSPORTES LTDA - ME, nos serviços especiais de que trata a Resolução n° 005, de 08 de fevereiro de 2008, do Conselho de Gestão da AGR, conforme processo n° 201300029000310.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGULADOR DA AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei n° 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o que dispõe o inciso III, do § 2º, do art. 1º, da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso III, do § 4º, do art. 1º, do Decreto n° 7.092, de 15 de abril de 2010, que tratam da competência da AGR para regular, controlar e fiscalizar o serviço público e a atividade econômica de transporte de passageiros no Estado de Goiás, inclusive de turismo, fretamento e escolar;

Considerando o que dispõe a Resolução n° 005, de 08 de fevereiro de 2008, do Conselho de Gestão da AGR, que trata da prestação dos serviços especiais de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que a documentação apresentada para o registro cadastral está correta, conforme atesta a Supervisão de Cadastro e Licenciamento e Gerência de Transportes, nos termos do despacho n° 025/2013.

### **RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o registro cadastral da empresa ANAPOLIS LOCADORA E TRANSPORTES LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.298.256/0001-80, nos serviços especiais de que trata a Resolução n° 005, de 08 de fevereiro de 2008, do Conselho de Gestão da AGR, na(s) modalidade(s) de Serviço Especial de Fretamento Contínuo, Serviço Especial de Fretamento Contínuo – Transporte Escolar e Serviço de Fretamento Eventual ou Turístico.

Parágrafo único. Estabelecer que a prestação do serviço de que trata o “caput” deste artigo fica condicionada à emissão de licença específica a ser expedida pela AGR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

**PRESIDENCIA DO CONSELHO REGULADOR DA  
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS**, em Goiânia, aos 10 dias do mês de janeiro de 2013.

Humberto Tannús Júnior  
Conselheiro Presidente